

O pacto narcísico da branquitude

Saloméia Santos Sampaio^{1*}  Helena Rachel da Mota Araujo² 

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil

²Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil

*Autor de correspondência: 2025f0200@uesb.edu.br

RESUMO

Esta resenha analisa a obra *O pacto da branquitude* (2022), de Cida Bento, destacando sua relevância para os estudos críticos da branquitude no Brasil. Ao deslocar o foco do racismo do "outro racializado" para a branquitude como estrutura histórica de poder, a autora evidencia mecanismos subjetivos e institucionais que sustentam privilégios raciais por meio de pactos tácitos. A noção de "pacto narcísico" articula dimensões psíquicas e estruturais do racismo, constituindo contribuição central da obra. A resenha ressalta o diálogo com autoras(es) do campo das relações étnico-raciais e suas implicações educacionais e institucionais. Como possível desdobramento analítico, aponta-se a ampliação do diálogo com epistemologias negras e feministas. Conclui-se que o livro é ferramenta teórico-política relevante para problematizar a centralidade branca nas instituições.

ABSTRACT

This review analyzes the work *O pacto da branquitude* (2022), by Cida Bento, highlighting its relevance to critical whiteness studies in Brazil. By shifting the focus of racism from the "racialized other" to whiteness as a historical structure of power, the author exposes the subjective and institutional mechanisms that sustain racial privileges through tacit agreements. The notion of the "narcissistic pact" articulates psychic and structural dimensions of racism, constituting a central contribution of the work. The review also emphasizes the book's dialogue with scholars in ethnic-racial studies and its educational and institutional implications. As a possible analytical development, it suggests expanding dialogue with Black and feminist epistemologies. The book is thus presented as a significant theoretical-political tool for problematizing white centrality within institutions.

RESUMEN

Esta reseña analiza la obra *O pacto da branquitude* (2022), de Cida Bento, destacando su relevancia para los estudios críticos de la blanquitud en Brasil. Al desplazar el foco del racismo del "otro racializado" hacia la blanquitud como estructura histórica de poder, la autora evidencia mecanismos subjetivos e institucionales que sostienen privilegios raciales mediante pactos tácitos. La noción de "pacto narcisista" articula dimensiones psíquicas y estructurales del racismo, constituyendo una de las principales contribuciones de la obra. La reseña subraya el diálogo con autoras y autores del campo de las relaciones étnico-raciales y sus implicaciones educativas e institucionales. Como posible desarrollo analítico, se señala la ampliación del diálogo con epistemologías negras y feministas. Se concluye que el libro constituye una herramienta teórico-política relevante para problematizar la centralidad blanca en las instituciones.

PALAVRAS-CHAVE:

Branquitude
Pacto Narcísico
Racismo Institucional

KEYWORDS:

Institutional Racism
Narcissistic Pact
Whiteness

PALABRAS-CLAVE:

Blanquitud
Pacto Narcisista
Racismo Institucional

SUBMETIDO: 12 de janeiro de 2026 | **ACEITO:** 21 de janeiro de 2026 | **PUBLICADO:** 16 de julho de 2026

© ODEERE 2026. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, São Paulo, 2022.
133 p.

Cida Bento nos convoca, em seu livro "*O pacto da branquitude*", a olhar não para os corpos constantemente racializados e marginalizados, mas para o centro que se construiu como "universal", o branco. A autora, doutora em Psicologia pela PUC-SP, referência no debate sobre branquitude, pesquisadora e diretora do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), lança luz sobre o silêncio e a cumplicidade que sustentam a estrutura racista da sociedade brasileira. O debate sobre branquitude tem sido objeto de reflexão crescente na produção acadêmica brasileira (Cardoso, 2010), especialmente nos campos da Educação e dos Estudos das Relações Étnicas e Raciais. Longe de configurar um modismo teórico ou um movimento de viés essencialista, os estudos críticos da branquitude têm se afirmado como instrumento analítico relevante para compreender os mecanismos de reprodução do racismo estrutural, sobretudo em sociedades historicamente organizadas sob o colonialismo escravocrata, como a brasileira (Schucman, 2020; Cardoso, 2010).

No contexto de implementação e consolidação de políticas públicas voltadas à equidade racial, como a Lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, bem como as políticas de ação afirmativa no ensino superior e no serviço público federal, torna-se fundamental deslocar o olhar do "outro racializado" para o centro normativo que historicamente se constituiu como universal: a branquitude. É nesse horizonte que se insere a obra *O pacto da branquitude*, de Cida Bento.

Ao deslocar o olhar do "outro racializado" para o centro normativo da branquitude, Cida Bento promove uma inflexão analítica relevante no campo dos estudos raciais brasileiros. Em vez de reiterar abordagens que tomam a população negra como objeto permanente de investigação, frequentemente associada à vulnerabilidade ou exclusão, a autora evidencia que a reprodução das desigualdades raciais se sustenta na autopreservação branca e na manutenção histórica de privilégios. Tal deslocamento produz importantes implicações institucionais, inclusive no campo educacional, ao exigir que escolas, universidades e organizações interroguem seus próprios critérios de seleção, promoção e

validação de saberes. A branquitude, assim, deixa de operar como norma invisível e passa a constituir-se como objeto explícito de crítica e responsabilização.

Sua trajetória de mais de trinta anos na luta antirracista confere à obra linguagem acessível, rigor teórico e potente dimensão autobiográfica, Cida Bento estrutura sua obra em dez capítulos e um epílogo, explorando temas como branquitude, capitalismo racial, racismo institucional, gênero e nacionalismo. Na introdução, a autora parte de experiências pessoais e profissionais para demonstrar como o racismo se manifesta cotidianamente, naturalizado em instituições públicas e privadas. Ela compartilha episódios de sua vida como psicóloga organizacional e recrutadora de pessoal, em que observou a recorrente exclusão de pessoas negras dos espaços de poder e prestígio. Esses relatos revelam que o pacto da branquitude não depende de reuniões secretas ou conspirações explícitas, mas é sustentado por um silêncio cúmplice e por decisões cotidianas que reafirmam o lugar hegemônico dos brancos na sociedade.

Logo no primeiro capítulo, a autora propõe o conceito de “pacto narcísico da branquitude”, inspirado na psicanálise e na noção de contratos intersubjetivos de René Kaës. Diante do exposto, trata-se de uma aliança não verbalizada entre brancos para manter seus privilégios, ou seja, é um pacto, consciente ou inconscientemente, que protege a imagem do grupo branco e garante a continuidade de seus privilégios. Dessa forma, o privilégio branco é naturalizado como resultado de esforço individual, apagando as desigualdades históricas que o sustenta. A formulação do “pacto narcísico” constitui uma das contribuições centrais da obra, pois desloca a análise do racismo do campo exclusivo da discriminação explícita para o terreno das alianças silenciosas que estruturam o poder branco. Ao fazê-lo, Bento oferece uma chave interpretativa potente para compreender a persistência das desigualdades mesmo em contextos que se autodeclaram democráticos.

A incorporação de categorias oriundas da psicanálise, especialmente ao mobilizar a noção de narcisismo para interpretar a autopreservação branca, constitui um dos eixos interpretativos mais originais da obra. Ao iluminar os mecanismos de identificação e defesa que sustentam o pacto racial, Bento amplia a compreensão do racismo para além da dimensão normativa. Ainda que a autora articule consistentemente subjetividade e institucionalidade, a tensão entre

esses níveis analíticos permanece como um ponto aberto a aprofundamentos teóricos futuros.

Um aspecto inovador da obra é a ênfase na subjetividade branca como parte constitutiva do pacto. Bento propõe que a recusa das pessoas brancas em se perceberem como racializadas é uma estratégia de autopreservação narcísica. A branquitude, por ter sido construída como norma social e racial, desenvolve estratégias para evitar o desconforto ético de reconhecer seus próprios privilégios. Entre essas estratégias, destacam-se os mecanismos psíquicos da negação, da projeção e da racionalização, amplamente utilizados para evitar o confronto com a responsabilidade histórica na perpetuação do racismo. Cida Bento é enfática: romper o pacto da branquitude requer mais do que boas intenções. Exige escuta, revisão de crenças e coragem para lidar com o incômodo de reconhecer a própria posição de privilégio. Ao enfatizar a dimensão psíquica da branquitude, a autora amplia o debate para além das estruturas objetivas, demonstrando que o racismo também se sustenta por mecanismos emocionais e defensivos. Tal abordagem contribui para complexificar o enfrentamento ao racismo, ao evidenciar que a transformação institucional requer igualmente deslocamentos subjetivos.

Nos capítulos seguintes, a autora articula a construção da branquitude com o processo de colonização europeia e o desenvolvimento do capitalismo racial. Ao recorrer a autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe, W.E.B. Du Bois e Nilma Lino Gomes, Bento mostra como o racismo foi a engrenagem que impulsionou a acumulação de riquezas nas metrópoles coloniais. A branquitude, nesse contexto, emerge como identidade construída em oposição ao “outro racializado”, cujo corpo é objeto de exploração, controle e morte. A autora destaca que o Brasil, mesmo após a abolição, nunca reconheceu os direitos da população negra, tampouco promoveu políticas reparatórias eficazes. Por outro lado, adotou estratégias como a imigração europeia subsidiada e a Lei de Terras, que ampliaram os privilégios da branquitude. Portanto, ao articular branquitude e capitalismo racial, Bento reforça que o racismo não é um desvio moral, mas elemento constitutivo do projeto moderno-colonial. Essa leitura estrutural impede interpretações simplistas e situa a branquitude como engrenagem histórica de acumulação de poder e riqueza.

Um ponto de destaque no livro é a crítica ao mito da meritocracia. Sob essa perspectiva, para Cida Bento, esse discurso funciona como uma racionalização das desigualdades, permitindo que instituições se isentem de responsabilidade quanto à reprodução do racismo. A autora demonstra que, ao ignorar as barreiras históricas e sociais enfrentadas pela população negra, a meritocracia legitima a exclusão como se fosse consequência da falta de competência. Em contraste com o discurso dominante, a autora afirma que a competência, em ambientes organizacionais, está frequentemente relacionada a códigos culturais partilhados por grupos brancos, redes de relacionamento e heranças sociais que permanecem inacessíveis para a maioria da população negra. Nesse sentido, a crítica à meritocracia revela-se especialmente pertinente no contexto brasileiro contemporâneo, no qual discursos de neutralidade e eficiência frequentemente mascaram desigualdades históricas. Ao desnaturalizar essa narrativa, Bento desestabiliza um dos principais pilares ideológicos de legitimação do privilégio branco.

Para além disso, a análise do pacto não se dá apenas no plano individual, mas é atravessada por processos institucionais que naturalizam a exclusão de pessoas negras em diversos espaços, principalmente nas organizações. A autora exemplifica essas dinâmicas com episódios vividos em sua trajetória profissional como psicóloga organizacional, onde observou a resistência de empresas em contratar pessoas negras para cargos de visibilidade, revelando a dimensão simbólica e estética da exclusão racial.

A análise do racismo institucional é aprofundada com base em estudos realizados no CEERT e nas experiências da autora em processos de diagnóstico e formação em empresas, ONGs, sindicatos e partidos políticos. Em todos esses espaços, observa-se uma tendência à homogeneização do perfil de lideranças e à resistência frente a qualquer iniciativa de inclusão racial. Esse padrão, segundo Bento, não é casual: ele decorre de pactos tácitos que priorizam a manutenção de um modelo organizacional fundado na branquitude e na masculinidade branca. A análise institucional apresentada pela autora é particularmente contundente, pois evidencia que a exclusão racial não decorre apenas de atitudes individuais, mas de padrões organizacionais reiterados. Essa perspectiva

amplia o alcance político da obra, convocando instituições a assumirem responsabilidade estrutural.

Ao abordar o papel das instituições na manutenção das desigualdades raciais, Cida Bento demonstra que o racismo institucional não se limita a discursos abertamente discriminatórios. Pelo contrário, ele opera de forma silenciosa e eficaz por meio de normas, regulamentos e decisões que, à primeira vista, parecem neutras. A autora analisa esse “silêncio institucional” como uma das expressões mais sofisticadas e persistentes do pacto da branquitude. Mesmo em organizações que se autodeclaram inclusivas, a ausência de pessoas negras em cargos de liderança, a inexistência de indicadores de equidade racial e a resistência à revisão de estruturas internas denunciam a continuidade de um sistema excludente.

Com base em suas pesquisas acadêmicas e em sua vivência profissional junto a trabalhadores de diferentes níveis hierárquicos, Bento evidencia como o racismo se reproduz cotidianamente nas práticas de recrutamento, nas avaliações de desempenho e nas decisões políticas aparentemente técnicas. Diante disso, ela defende que é preciso ir além das ações pontuais ou do marketing institucional e propõe medidas concretas, como a criação de comissões permanentes de diversidade racial, o monitoramento de indicadores de inclusão e a implementação de processos formativos contínuos que questionem, de fato, as bases racistas das organizações.

Ainda assim, os capítulos dedicados à personalidade autoritária, à necropolítica e ao nacionalismo ampliam a discussão para as dimensões políticas do racismo. Ao dialogar com autores como Michel Foucault e Achille Mbembe, Bento analisa como o discurso da ordem, da segurança e da moralidade tem sido utilizado para justificar o genocídio da juventude negra. A violência policial, o encarceramento em massa, a militarização da vida social e a naturalização da morte de corpos negros são lidos como expressões de um projeto político necropolítico, no qual o Estado define quem pode viver e quem deve morrer. Essa política da morte é, ao mesmo tempo, causa e consequência do pacto da branquitude, que silencia frente ao extermínio e naturaliza o sofrimento negro. Ao conectar o pacto da branquitude à necropolítica, Bento radicaliza sua análise ao demonstrar que o silêncio branco não é apenas omissão, mas condição de

possibilidade para a gestão racializada da morte. Essa articulação confere densidade política à obra e explicita sua urgência no cenário brasileiro atual.

O livro também dedica um capítulo ao campo de estudos sobre branquitude, recuperando as três ondas teóricas principais. A primeira, iniciada por W.E.B. Du Bois, identificava a branquitude como um “salário público e psicológico” concedido aos trabalhadores brancos para evitar sua aliança com os negros. A segunda onda, com nomes como Toni Morrison e Peggy McIntosh, evidenciou os privilégios cotidianos da branquitude e sua invisibilidade como norma. Já a terceira onda, propõe uma análise crítica que vincula a branquitude à estrutura de poder e propõe ações práticas para seu enfrentamento. A autora defende que a branquitude não é uma identidade neutra, mas uma posição hierárquica que precisa ser desmontada se quisermos construir uma democracia racial. Ao falar das três ondas dos estudos sobre branquitude, a autora posiciona sua obra em um campo teórico consolidado, ao mesmo tempo em que o atualiza a partir da realidade brasileira. Essa contextualização fortalece o rigor acadêmico do livro e demonstra sua inserção crítica no debate internacional.

Nas propostas de enfrentamento ao pacto da branquitude, Cida Bento não se limita à denúncia, ela avança com sugestões concretas que incluem a revisão dos currículos escolares com base em epistemologias negras e indígenas, a adoção de cotas em espaços de decisão e a valorização de lideranças negras. Também destaca a importância das alianças raciais comprometidas com a redistribuição real de poder. Um diferencial importante em sua abordagem é a defesa de que o estudo da branquitude não deve ser restrito a pesquisadores brancos: pessoas negras, que vivenciam cotidianamente os efeitos desse pacto, também devem produzir conhecimento crítico sobre ele. Com isso, a obra se firma não apenas como diagnóstico das estruturas raciais, mas como uma convocação ética à responsabilidade política, sobretudo das pessoas brancas, no enfrentamento ativo ao racismo. Diferentemente de abordagens que se encerram na denúncia, Bento avança para proposições concretas, reafirmando o compromisso ético-político que atravessa toda a obra. Essa dimensão propositiva distingue o livro como ferramenta não apenas analítica, mas também transformadora.

Em *O pacto da branquitude*, Cida Bento oferece uma contribuição central aos estudos raciais brasileiros ao deslocar o foco analítico do racismo como problema do “outro racializado” para a branquitude enquanto estrutura histórica de poder. Ao nomear o “pacto” como mecanismo de autopreservação racial, a autora explicita que a supremacia branca se mantém por meio de acordos tácitos, redes de proteção e silenciamentos institucionais que garantem a continuidade de privilégios nos espaços de decisão. Tal formulação dialoga diretamente com o conceito de dispositivo de racialidade, elaborado por Sueli Carneiro (2023), na medida em que evidencia como saberes, práticas institucionais e hierarquias sociais operam conjuntamente para afirmar ontologicamente o ser branco pela negação e interdição do ser negro. Nesse sentido, a análise de Bento pode ser aproximada da noção de dispositivo de racialidade formulada por Sueli Carneiro, na medida em que ambas evidenciam os mecanismos institucionais e simbólicos que sustentam a centralidade branca como norma social.

A obra também converge com as reflexões de Lia Vainer Schucman (2020) sobre a branquitude como posição estrutural de privilégio. Ao distinguir brancura (fenótipo) de branquitude (lugar social de poder), Schucman demonstra que a identidade branca se consolida na articulação entre privilégios materiais e simbólicos. Bento reforça essa perspectiva ao evidenciar como tais privilégios se reproduzem no interior das organizações e das elites econômicas, revelando que a invisibilidade da branquitude não é ausência de raça, mas efeito de sua centralidade normativa. Ambas as autoras contribuem para desnaturalizar a ideia de neutralidade racial do sujeito branco, recolocando-o no centro da análise crítica das desigualdades.

Em diálogo com Lourenço Cardoso (2010), especialmente no que se refere às gradações internas da branquitude e às hierarquias entre “brancos”, a análise de Bento permite compreender que o pacto não é homogêneo, mas atravessado por classe, gênero e capital social, sem que isso descaracterize sua função estruturante na manutenção da supremacia branca. Ao articular empiria e crítica estrutural, Cida Bento fortalece o campo dos estudos críticos da branquitude no Brasil, oferecendo ferramentas analíticas para compreender como o racismo se atualiza nas instituições contemporâneas e reafirmando a necessidade de

deslocamentos ético-políticos que desestabilizem a centralidade branca como norma social.

No epílogo, Cida Bento afirma que não basta apenas denunciar o racismo. É necessário que pessoas brancas reconheçam seu lugar de privilégio e se comprometam ativamente com a transformação das estruturas raciais. Para isso, é preciso romper o silêncio, desnaturalizar as vantagens herdadas e construir novos pactos, desta vez, civilizatórios, plurais e antirracistas. O livro, portanto, não é apenas uma análise teórica: é um chamado ético à responsabilidade histórica das pessoas brancas e uma ferramenta de ação política para instituições que desejam se transformar.

Embora a obra dialogue com o campo dos estudos críticos da branquitude e reconheça a centralidade da produção intelectual negra na denúncia do racismo estrutural, a explicitação mais sistemática de interlocuções com epistemologias negras e feministas brasileiras poderia ampliar ainda mais sua densidade teórica. Considerando que tais epistemologias têm historicamente problematizado as articulações entre raça, gênero e poder, conforme dialoga Lélia Gonzalez (1984), o aprofundamento desse diálogo poderia potencializar a análise da branquitude enquanto estrutura relacional e interseccional.

A relevância da obra também se projeta para além do debate acadêmico, alcançando o campo das políticas institucionais e educacionais. Ao evidenciar a centralidade da branquitude na organização das hierarquias sociais, Bento oferece subsídios analíticos que podem fortalecer a implementação de dispositivos legais como a Lei 10.639/2003. Ainda que o livro não se detenha especificamente na análise de políticas educacionais, sua crítica às estruturas de poder e aos critérios de validação institucional contribui para qualificar o debate sobre a efetivação da educação das relações étnico-raciais.

As reflexões de Cida Bento podem ser produtivamente articuladas às contribuições de Nilma Lino Gomes (2019), que compreende o Movimento Negro como sujeito pedagógico e ator central no tensionamento das políticas educacionais brasileiras. Ao evidenciar que a educação antirracista resulta de lutas históricas que pressionaram o Estado, culminando, entre outras conquistas, na Lei 10.639/2003, Gomes demonstra que a transformação educacional não se

restringe à normatização legal, mas envolve disputas políticas, curriculares e formativas.

Nesse horizonte, a análise de Bento acerca da branquitude nas instituições contribui para aprofundar esse debate ao explicitar como privilégios raciais se naturalizam em critérios de seleção, validação de saberes e organização institucional. Assim, a interlocução entre essas perspectivas reforça que a efetivação de uma educação comprometida com a justiça racial implica não apenas inclusão de conteúdos, mas problematização crítica das estruturas de poder que organizam o campo educacional.

Por fim, é possível inferir que "*O pacto da branquitude*" é leitura indispensável para pesquisadores, educadores, psicólogos e todas as pessoas comprometidas com a justiça racial, bem como, para quem deseja compreender como a branquitude opera como centro de um sistema de privilégios que sustenta o racismo estrutural no Brasil, o livro de Cida Bento é também uma convocação ética: não basta não ser racista, é preciso romper o pacto.

Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, São Paulo, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**. v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da ABPN**. v. 11, Ed. Especial - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar? p.141-162, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2ª. Edição. Introdução de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Apresentação de Leny Sato. Prefácio de Maria Aparecida da Silva Bento. São Paulo: Veneta, 2020.